



Editorial

Nos últimos anos, o debate sobre migrações e desenvolvimento entrou na pauta de governos, universidades e sociedade civil. Trata-se de um tema extremamente complexo, sobretudo em decorrência da polissemia do termo desenvolvimento, cujo significado é amplo e diversificado – fala-se, por exemplo, em desenvolvimento econômico, tecnológico, social, humano, sustentável *etc.*

No entanto, em época de hegemonia neoliberal, desenvolvimento tornou-se sinônimo de crescimento econômico. Nesta perspectiva, o debate verte, fundamentalmente, sobre as potencialidades que a mobilidade humana possui para fortalecer o modelo econômico neoliberal e promover o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos diferentes países. As migrações, portanto, são avaliadas de forma positiva na medida em que contribuem no incremento da economia.

Numa perspectiva mais humanista, há segmentos sociais que defendem uma compreensão diferente do termo desenvolvimento, numa ótica de promoção da dignidade e da qualidade de vida de todos os seres humanos. Sem questionar a hegemonia da globalização neoliberal e seu projeto, estes segmentos sociais entendem que as migrações internas e internacionais podem amenizar as consequências negativas do modelo econômico dominante, contribuindo, desta forma, à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização Mundial das Nações (ONU).

Finalmente, a partir de uma abordagem mais estrutural, há quem questione a capacidade da globalização neoliberal de garantir um autêntico desenvolvimento sustentável para a humanidade. Neste caso, o foco do

debate está na denúncia das situações inumanas – inclusive em termos de migrações forçadas e induzidas – e na necessidade de encontrar alternativas viáveis de desenvolvimento, quebrando a lógica dominante do *pensée unique*, na expressão de Pierre Bourdieu. O nexo entre migrações e desenvolvimento, portanto, está na capacidade das primeiras em apontar ou desvelar outros caminhos, locais e globais, de progresso humano, em vista de um modelo econômico mais justo e inclusivo.

Este número da REMHU pretende oferecer algumas contribuições para o debate sobre estas questões. O que é desenvolvimento? Que tipo de progresso pode garantir o futuro da humanidade e a qualidade de vida de cada ser humano? Como conciliar os interesses do desenvolvimento econômico e o pleno respeito da dignidade do ser humano? E, de forma específica, qual o papel das migrações e dos migrantes neste processo? Como a mobilidade humana interage com a questão do desenvolvimento? De que forma o modelo econômico vigente acaba condicionando ou até determinando as dinâmicas migratórias contemporâneas e, sobretudo, as biografias de seus protagonistas?

Os artigos da revista, em suas diferentes abordagens e perspectivas, oferecem ricas contribuições, ressaltando principalmente a necessidade de superar uma visão meramente economicista da relação entre migrações e desenvolvimento. Vários autores, levando em conta as diferentes dimensões do ser humano, enfocam aspectos considerados imprescindíveis para um autêntico progresso, como a ética e a centralidade da dignidade humana (Baggio), as relações de gênero (Moraes Silva e Melo), a questão cultural e o protagonismo dos migrantes (Castaño Madroñal; Croci; Zanini e Santos), o papel dos grupos organizados (Melnik, Lima, Moran e Escobar; Cláudio Schü), o diálogo interreligioso e intercultural (Tabares Carrasco; Andrade).

Em geral, reconhece-se a existências de laços muito profundos entre migração e desenvolvimento (Campos e Fusco), mas, dependendo das situações específicas, podem ser laços positivos (Pittau, Ricci e Urso), ambivalentes (Baggio) ou até extremamente perigosos, como no caso do trabalho escravo de migrantes sazonais (Sakamoto e Plassat).

Alguns autores frisam a necessidade de formular e implementar políticas públicas mais eficazes e direcionadas para os grupos específicos de migrantes e refugiados (Pacífico), bem como construir novos projetos de desenvolvimento econômico ou de codesenvolvimento (Castaño Madroñal) em vista da criação de uma “sociedade a serviço dos direitos cidadãos pela construção de uma democracia econômica, social, política e cultural” (Guertechin), em que “a emigração seja uma opção a mais para se viver melhor e não uma necessidade como acontece até agora” (García Zamora).

Enfim, em termos gerais, o volume da REMHU busca repensar o nexo entre migrações e desenvolvimento rejeitando a reificação de migrantes e refugiados em nome da lógica totalitária e inquestionável da economia neoliberal. Nesta perspectiva, a questão essencial não é o que os migrantes podem fazer para o desenvolvimento econômico de países e regiões, mas, ao contrário, de que forma os projetos de desenvolvimento, locais e planetários, acabam interferindo e coagindo a vida de milhões de seres humanos, inclusive induzindo migrações forçadas.

Além disso, é essencial olhar para migrantes e refugiados enquanto produtores de um verdadeiro capital de esperança, indignação e humanização: no clamor dos injustiçados, na utopia dos sonhadores, na coragem e no protagonismo dos lutadores encontramos, apesar das ambiguidades e das incoerências, as sementes que questionam as assimetrias do presente e apontam para um desenvolvimento mais humano.